A POLÍTICA CURRICULAR NACIONAL: PROBLEMÁTICAS ENTRE BNCC E INFÂNCIAS

LIMA, Erica Dias.
Graduanda de licenciatura plena em Pedagogia-UNEAL
Bolsista FAPEAL
Email: ericadias981832457@gmail.com

GREGÓRIO, Edilânia Lúcia.
Graduanda de licenciatura plena em Pedagogia-UNEAL
Bolsista FAPEAL
E-mail: nana-gregorio@outlook.com

SANTOS, Karla de Oliveira.
Professora Ajunta da Universidade Estadual de Alagoas -UNEAL
E-mail: karla.oliveira@uneal.edu.br

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de iniciação científica em andamento no Campus II – Santana do Ipanema, da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). O resumo expandido propõe apresentar algumas análises parciais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (2017), que tem se configurado como política curricular nacional da educação brasileira e sua relação com as infâncias. Para tal investigação, foi adotada uma abordagem qualitativa, realizando pesquisa bibliográfica e documental, tendo como técnica de análise dos dados, a Análise de Conteúdo, pautado nos estudos de Bardin (2009) e Franco (2008). Sendo assim, a importância de compreender as crianças enquanto sujeitos de direitos, está relacionada ao desenvolvimento de novos paradigmas sobre a concepção de infância, que reconhece a qualidade humana e política desta compreensão, principalmente a disputa por sua presença em espaços sociais, enquanto direitos de cidadania e dever do Estado. Dentre esses espaços, a educação ocupa, desde o advento da República, um lugar de destaque, quando há a obrigatoriedade da escolarização das crianças. Na contemporaneidade, o conceito de infância aparece no bojo das mudanças provocadas pelo capitalismo, principalmente pela necessidade de formar sujeitos produtivos. De acordo com Rizzini (2011), a criança deixa progressivamente de ser objeto de interesse, preocupação e ação

no âmbito privado da família e da Igreja, para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado. Ainda segundo a mesma autora, a criança deixa de ocupar uma posição secundária e mesmo desimportante na família e na sociedade e passa a ser percebida como valioso patrimônio de uma nação; como "chave para o futuro", um ser em formação – dúctil e moldável – que tanto pode ser transformado em homem de bem (elemento útil, produtivo para o progresso da nação) ou num degenerado (um vicioso a pesar nos cofres públicos). A infância é uma construção social que depende do estatuto geracional e das relações sociais que se dão na sociedade em cada tempo. É também, relativamente independente dos sujeitos empíricos que a integram, dado que ocupa uma posição estrutural. Essa posição é condicionada, antes de mais nada, pela relação com as outras categorias geracionais. Deste modo, por exemplo, a infância depende da categoria geracional constituída pelos adultos para a provisão de bens indispensáveis à sobrevivência dos seus membros, e essa dependência tem efeitos na relação assimétrica relativamente ao poder, ao rendimento e ao *status* social que têm os adultos e as crianças, sendo esta relação transversal (ainda que não independente) das distintas classes sociais. Por outro lado, o poder de controle dos adultos sobre as crianças está reconhecido e legitimado, não sendo verdadeiro o inverso, o que coloca a infância – independentemente do contexto social ou da conjuntura histórica – numa posição subalterna face à geração adulta. (SARMENTO, 2008). Há a urgência de desconstrução do entendimento que situa o adulto como referencial de completude das crianças, representando uma infância com adjetivos que denotam os infantis como um ser irracional, imaturo e incompetente, que necessita ficar sob a tutela de um adulto, para tornar-se, um dia, um sujeito completo. Contudo exposto, precisamos analisar como a BNCC pode cooptar as crianças para atender às avaliações padronizadas, que representa indicador de qualidade da educação, culminando em um ensino mecanicista, de codificar e decodificar, não respeitando os tempos e as formas de ser e viver as infâncias, limitando o sentido de exercício pleno da cidadania. A última versão da Base foi finalizada em 2016, após o golpe político-econômico jurídico e midiático, que culminou com o *impeachment* da presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff (PT), dissipando as contribuições das universidades e movimentos sociais, pautando-se em uma visão conservadora e fundamentalista, com o apoio de fundações e institutos privados, como: Fundação Bradesco, Fundação Lemann, Itaú Social, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Instituto

Inspirare, Instituto Fernando Henrique Cardoso, Fundação Roberto Marinho, Fundação Victor Civita, entre outros, além de organismos internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Mundial (BM). A partir dessa perspectiva, temos como protagonistas na política curricular nacional, as empresas e os organismos multilaterais que se pautam no consenso da ineficácia do Estado, ganhando espaço/força nas políticas públicas educacionais. Assim sendo, torna-se urgente problematizar a concepção de infância e a formação das crianças para a cidadania, pautado no consenso hegemônico de igualdade educacional. Para Cássio (2019, p.13): "A Base é uma política de centralização curricular". A BNCC torna-se problemática por alinhar uma possível igualdade educacional às avaliações em larga escala, compreendendo a qualidade como objeto mensurável. Destarte, a Base envolta de um discurso de igualdade educacional, a partir de direitos de aprendizagens (leia-se competências), impõe o que deve ser ensinado a cada criança deste país, sem a mínima consideração e visibilidade das infâncias, sobre como vivem, o que pensam , o que sabem, o que fazem os infantis. A infância em sua plenitude poderá ser invisibilizada e as crianças sujeitadas pela escola para ingressarem em um movimento de treinamento, controle docente, disciplinamento e governo dos infantis, para que se tornem úteis economicamente e socialmente, concebendo tais elementos como cidadania. É necessário um movimento de resistência contra estas políticas educacionais, que desconsidere essa lógica do mercado de trabalho e a adesão às agendas empresariais, que fortalece as parcerias público-privado e desmonta as políticas públicas de Estado. Destacamos a importância de assumir as crianças como sujeitos ativos de direitos no contexto escolar e pensar que historicamente a infância avança em aspectos de caráter político-social e legal, ao mesmo tempo em que há o reconhecimento de avanços dos direitos. Entretanto, algumas problemáticas desse lugar da criança, tem contribuído para negar o direito de viver a infância, negando uma proposta específica que valorize a formação em seu tempo humano, tendo uma visão limitada da infância como um tempo de passagem para outros tempos, limitado à aquisição e domínios de competências e habilidades que são hierarquizados para percursos geracionais mais definidos como a juventude e a vida adulta.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 5. Ed. revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.

CÁSSIO, Fernando; CATELLI Jr, Roberto (orgs.). *Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC*. São Paulo: Ação Educativa, 2019.

FRANCO. Maria Laura Publisi Franco. *Análise de Conteúdo*. Brasília, 3 ed.Liber Livro Editora, 2008.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: Correntes e Confluências. In: Sarmento, Manuel Jacinto e Gouvêa, Maria Cristina Soares de (org.) (2008). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis. Vozes, pp17-39.